



# X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"

22 a 24 de Setembro de 2016  
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

## SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: ACESSO E SUCESSO

DALMO DANTAS GOUVEIA

EIXO: 11. EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS

**RESUMO** O acesso à educação não está restrito a um grupo, mas é direito de todos os cidadãos obter formação sistematizada, a qual é fundamental para garantir o sucesso pessoal e profissional no contemporâneo. Os brasileiros estão chegando às escolas, porém poucos adentram ao nível superior e a maioria destes é parte dos mais ricos. Assim, o objetivo deste artigo foi discutir o padrão de igualdade ocorrido no sistema de democratização do ensino brasileiro, a fim de notificar se o acesso do educando a formação também está decorrendo em sucesso no seu final. Para tanto, fez-se uso de estudo bibliográfico onde foram obtidos dados significativos para se chegar às conclusões. **PALAVRAS – CHAVES:** Educação, acesso, sucesso. **ABSTRACT** The access to education is restricted to one group, although be right for all citizens to obtain a systematized education, which is fundamental to grant the professional and success in the contemporary world. The Brazilians are getting to the schools, still a few number are reaching the superior education, and the great majority is for the richest ones. Thus, the aim of this article was to discuss the equality standards in the democratization system of the Brazilian education in order to purpose of notify if the access to the education is also happening in one's final success. For that end, was done a bibliographic study, in which significant data was obtained to reach the conclusions. **Key Words:** Education, access, success.

**SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: ACESSO E SUCESSO RESUMO** O acesso à educação não está restrito a um grupo, mas é direito de todos os cidadãos obterem a formação sistematizada, a qual é fundamental para garantir o sucesso pessoal e profissional no mundo contemporâneo. Os brasileiros estão chegando às escolas, porém poucos adentram ao nível superior e a maioria destes é parte dos mais ricos. Assim, o objetivo deste artigo foi discutir o padrão de igualdade ocorrido no sistema de democratização do ensino brasileiro, a fim de notificar se o acesso do educando a formação também está decorrendo em sucesso no seu final. Para tanto, fez-se uso de estudo bibliográfico onde foram obtidos dados significativos para se chegar às conclusões. **PALAVRAS – CHAVES:** Educação, acesso, sucesso. **ABSTRACT** The access to education is restricted to one group, although be right for all citizens to obtain a systematized education, which is fundamental to grant the professional and success in the contemporary world. The Brazilians are getting to the schools, still a few number are reaching the superior education, and the great majority is for the richest ones. Thus, the aim of this article was to discuss the equality standards in the democratization system of the Brazilian education in order to purpose of notify if the access to the education is also happening in one's final success. For that end, was done a bibliographic study, in which significant data was obtained to reach the conclusions. **Key Words:** Education, access, success.

sucesso no seu final. Para tanto, fez-se uso de estudo bibliográfico, onde fora obtido dados signifi para se chegar às conclusões. PALAVRAS – CHAVES: Educação, acesso, sucesso. **ABSTRACT** The a education is restrict to one group, although be right of all citizens to obtain a systematized educatio is fundamental to grant the professional and personal success in the contemporary world. The Brazi getting to the schools, still a few number are able to reach the superior education, and the great m. for the richest ones. Thus, the aim of this article was to discuss the equality standards democratization system of the Brazilian education with the purpose of notify if the access to the e is also happening in one's final success. For that end, it was done a bibliographic study, in which si data was obtained to reach the conclusions. Keywords: Education, access, success. **1 INTRODU** escolas nem sempre foram abertas para participação de todos. A princípio, somente os meml famílias abastadas recebiam formação sistematizada, quando eram preparados para manterem o p mando no país. No entanto, a economia brasileira foi transformando-se e exigindo da classe trabalh domínio de saberes formais, a fim de atender as prerrogativas do meio de produção vigente. Pers que obrigou a criação de espaços para dar acesso, à massa, aos conhecimentos formais necessári profissional. Mas ao finalizar o percurso de formação, quadro que deveria apresentar um indivíduo c exercer a cidadania ampla, com sucesso em todos os campos sociais, muitas vezes, não c corresponder a solicitações básicas previstas para os seres do nível adquirido. A lei não faz ace pessoas ao tratar sobre a frequência nas escolas, todos são dotados com o direito de a independente da cor da pele, religião, meio social a que pertencem, ou poder econômico que possu o próprio sistema encarrega-se de estabelecer mecanismos para acolher em extremos diferentes que o procuram, não instituindo as prerrogativas da democracia. Hoje, quase 100% das crianças, e de estudar, estão presentes nas escolas e as oportunidades de acesso à formação acadêmica são n Então, a exclusão não se faz porque as pessoas localizam-se fora do acesso ao sistema educacio porque este é ofertado com péssima qualidade, não preparando os indivíduos, na totalidad exercerem a cidadania com consciência. Distanciando-se do que o pesquisador estabelece para in da formação sistematizada – promoção da justiça social e a igualdade educacional. Utilizou-se c ofertados pela educação brasileira em 2004 a 2013 para se ter uma visão do acesso a mesma níveis educacionais – do Ensino Fundamental ao Ensino Superior. As variáveis foram colhidas grupos mais pobres e os mais ricos, sendo constatado que os mais pobres frequentam até o Ensino apenas um pequeno número chega ao nível superior, inclusive, fora revelado ser um dos fatc impede a ascensão dos menos favorecidos as universidades ser a defasagem de idade dos jov frequentam a Educação Básica. Enquanto os mais ricos, por volta de 80%, chegam à escola e cor concluir todos os níveis da formação com êxito. Na década de 90, as instituições financeiras pas exigir dos países a elevação do nível educacional, então estabeleceram um patamar de comparaçã comprovar o sucesso dos educandos. As avaliações mencionadas visavam observar conteúdos competências e habilidades, em desmerecimento da definição de sucesso estabelecida pela esi

próprio aluno, substituindo as questões locais pelas questões globais. A pesquisa proposta objetivou o padrão de igualdade ocorrido no sistema de democratização do ensino brasileiro, a fim de notificar o acesso do educando a formação também está decorrendo em sucesso no seu final. Para tanto, a pesquisa bibliográfica. **2 ACESSO e SUCESSO: uma questão de ação** O acesso à formação de qualidade é um direito de todos, independente do nível – da educação básica à superior – e não questionar. Assim, todas as pessoas, sem excluir nenhuma delas – branca, negra, indígena, mulher, rica, pobre – necessitam do domínio das competências básicas e capacidades simbólicas inserirem no mundo contemporâneo. Porém não é suficiente apenas se abrir as portas das instituições escolares para o ingresso dos excluídos. Os princípios e valores norteadores da cultura escolar devem articular com as políticas e práticas escolares, a fim de garantirem o sucesso da aprendizagem de todos. A Constituição brasileira encontram-se, como fundamento republicano, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, Art. 1º, Inc. II e III. Como objetivo fundamental, a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem ou qualquer forma de distinção, Art. 3º, Inc. IV. Fica expresso, no Art. 5º, o direito a igualdade de acesso e permanência na educação, Art. 205, visando garantir: “o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Acrescenta, ainda, como um dos princípios do ensino, a igualdade de acesso e permanência na educação, Art. 206, Inc. I. Torna-se fundamental frisar que o acesso mencionado não deve ser disponibilizado em apenas um nível da formação, mas em todos os níveis, inclusive ao superior, Art. 208, Inc. V. Assim, necessita mais de outras leis para que se evidencie o direito de todos à educação sistematizada. A frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente no Brasil de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%):

|                                         |                                    |                                       |
|-----------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------|
| 6 a 14 anos, no Ensino Fundamental 92,5 | 15 a 17 anos, no Ensino Médio 55,2 | 18 a 24 anos, no Ensino Superior 16,4 |
|-----------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------|

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013. Os índices apresentados para o Brasil, referentes à educação, demonstram que a frequência à escola sofreu alterações significativas. O Ensino Fundamental chega a quase totalidade dos indivíduos em idade escolar; a elevação no Ensino Médio e Superior também atingiu crescimento considerado nos últimos 10 anos. Porém o acesso ao Ensino Superior, jovens de 18 a 24 anos de idade, encontra-se reduzido: abrange 16,4 % do público mencionado anteriormente. (IBGE, 2013). Para se estabelecer uma visão ampla do ocorrido na educação brasileira, utilizar-se-á dos gráficos descritos a seguir. Estes demonstram a questão do acesso aos níveis educacionais durante os anos de 2004 e 2013. Os dados foram colhidos através da comparação de variáveis entre as rendas familiares, os 20% mais pobres (1º quinto) e os 20 % mais ricos (5º quintil). Os dados declaram, no retrato dos últimos dez anos, serem o Ensino Fundamental e Médio público frequentados pela maioria, pelos mais pobres, enquanto o Ensino Superior, público ou privado, tem entre os mais ricos seus cursistas. Estudantes no Ensino Fundamental, Médio e Superior distribuídos segundo o rendimento familiar per capita – Brasil 2004

|  |                |          |             |
|--|----------------|----------|-------------|
|  | E. FUNDAMENTAL | E. MÉDIO | E. SUPERIOR |
|--|----------------|----------|-------------|

|           | PÚBLICO<br>PRIVADO | PÚBLICO<br>PRIVADO | PÚBLICO<br>PRIVADO |
|-----------|--------------------|--------------------|--------------------|
| 1º QUINTO | 33,7 44            | 15,2 2,6           | 1,7 1,3            |
| 2º QUINTO | 5,3 51,4           | 11,7 60,8          | 55 68,9            |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 Estudantes no Ensino Fundamental e Superior distribuídos segundo quinto de rendimento familiar per capita – Brasil 2013

|           | E. FUNDAMENTAL<br>PÚBLICO<br>PRIVADO | E. MÉDIO<br>PÚBLICO<br>PRIVADO | E. SUPERIOR<br>PÚBLICO<br>PRIVADO |
|-----------|--------------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|
| 1º QUINTO | 39,5 8,4                             | 24,5 3,7                       | 7,2 3,7                           |
| 2º QUINTO | 4,3 39,2                             | 8,3 52,2                       | 38,8 43                           |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013 Torna-se significativo observar decorrer do tempo, houve uma baixa da participação do 5º quinto no Ensino acadêmico, na rede pública e privada. Em 2004 representavam 55,0 e 68,9, representação respectiva no Ensino Superior, público e privado; enquanto em 2013 estes valores caem para 38,8 e 43,0. Porém a participação dos demais sobem, inclusive dos 20% mais pobre, de 1,7 e 1,3 em 2004 para 7,2 e 3,7 em 2013, respectivamente. As modificações mencionadas anteriormente podem ser justificadas com as implantações de programas do governo federal concedendo bolsas ou financiamentos para estudantes nas instituições privadas: FIES e o Programa Universidade para todos – PROUNE. O FIES foi criado em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso e sofreu melhoramento durante o governo de Lula da Silva, quando o financiamento atingiu os menores juros, 3,4 % a. a. sendo que a partir de 2007 passou a pagar o financiamento, passou a ter uma carência de 18 meses, após o término do curso. Para saquear a dívida ficou em três vezes o número de anos que o curso durou. Podem solicitar o FIES os estudantes das famílias que ganham abaixo de 20 salários mínimos. No ano de 2014, 26 % dos matriculados nas instituições superiores privadas foram optantes do FIES. Em 2004, o governo PROUNE, o qual proporciona bolsas de estudos integrais ou parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior para alunos que concluíram o Ensino Médio em escolas públicas ou em escolas privadas, em condição de bolsista integral da própria escola. Para obter a bolsa total, o cursista deve fazer uma família que receba um salário mínimo e meio ao mês por pessoa residente no domicílio, a qual concedia ao educando que tenha na família uma renda de até três salários mínimos por pessoa. A forma de garantir o acesso dos menos favorecidos nas universidades é a política de cotas. Desde a implantação de políticas afirmativas visando garantir o acesso de negros, afrodescendentes, índios e pessoas com deficiência, uma reserva de 50 % das vagas por turno, das instituições federais, para os representantes das populações mencionadas anteriormente, fator que contribuiu, significativamente, para o crescimento dos matriculados no Ensino Superior público, quase 500%, comparando 2004 e 2013. Estudantes no Ensino Fundamental e Superior distribuídos segundo o quinto de rendimento familiar per capita – Brasil 2013.

| BRASIL    | FUNDAMENTAL | MÉDIO | SUPERIOR |
|-----------|-------------|-------|----------|
| 1º QUINTO | 47,9        | 28,2  | 10,09    |
| 5º QUINTO | 43,5        | 60,4  | 81,8     |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013. Apesar de ter chegado ao Ensino Médio, 28,2 % dos jovens mais pobres, apenas 22,4 % conseguem concluí-lo na idade regular. Quando frequentadores do grupo mais abastado conseguem aprovação de 84,1 % aos 19 anos de idade, quando frequentam. No entanto, é significativo mencionar que a idade de finalização do ensino básico é de 15 anos de idade, então se pode constatar que mesmo entre os mais ricos, o índice de sucesso não é tão alto. Os dados evidenciam que a análise deve levar em consideração a disparidade social existente no Brasil, sem excluir a questão da qualidade e igualdade inserida na educação sistematizada. Revela, por amostragem, ser 80% das crianças e jovens, entre 4 e 17 anos de idade, não frequentadoras das escolas. Isso faz com que façam parte do grupo mais pobre, ou seja, quanto menor a renda familiar, maior a possibilidade de a criança e do adolescente não frequentarem as escolas. A tabela nos mostra como é difícil à população mais pobre permanecer no sistema educacional até o final do nível mais elevado, 10,09 % chegam ao Ensino Superior, o que significa que todos conseguem concluir a formação, uma parte abandona o curso. Revela, também, uma grande diferença entre a população mais pobre, 10,9 e a população mais rica, 81,8, que tem acesso ao Ensino Superior. O retardamento escolar é um dos fatores responsáveis pela falta de elevação dos jovens ao Ensino Superior. Em 2013, 31 % dos jovens entre 18 e 24 anos ainda não haviam completado o Ensino Médio e nem se encontravam frequentando a escola. Segundo o IBGE (2014):

Essa taxa representa o abandono escolar precoce, um importante indicador de vulnerabilidade na medida em que esses jovens podem, futuramente, tornar-se um grupo com menos oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho.

Além do mais, 6% destes jovens não terminaram o Ensino Fundamental, 55% já estavam no Ensino Médio e daqueles que se encontravam estudando, 55% já estavam no nível superior. Desta forma, quase 50% daqueles que deveriam encontrar-se em formação acadêmica, ainda não haviam adquirido a condição estrutural para ingressar no Ensino Superior - finalizar a educação básica. Estes dados chamam a atenção para um dos grandes problemas da educação brasileira, a dificuldade de formar os educandos na idade adequada, evitando que a exclusão escolar se torne comum entre os jovens. Não é suficiente a inserção das crianças na escola, é necessário mantê-las no interior da mesma aprendendo. Segundo Pereira (2002):

(...) o facto de que as competências e saberes de uma parte dos jovens não atingem largamente aquém dos objetivos visados pelos sistemas educativos, ao mesmo tempo que se considera que estes objetivos correspondem a uma dotação de recursos “a um salário mínimo cultural”, abaixo do qual não é possível pretender com

nossa existência e participar com conhecimento de causa na vida da cidade.

Nos dados apresentados anteriormente constatou-se que a maioria dos jovens de 18 e 24 anos de idade não chegou ao final do Ensino Médio. Assim, não adquiriu o requisito básico da educação formal para dar segmento à formação para o Ensino Superior. Além do mais, fica uma incógnita sobre a qualidade do processo de aprendizagem daqueles que concluíram o Ensino Médio. E, para verificar o desempenho dos concluintes da última etapa do ensino básico, em 1998, criou-se o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Além de constar a qualidade da formação do aluno ao finalizar o Ensino Médio, o ENEM indica a necessidade do desenvolvimento das competências fundamentais para o exercício da cidadania. Porém, ao longo do tempo, sofreu alterações. E, na atualidade, faz parte dos instrumentos de avaliação para acesso às instituições de ensino universitário. Por outro lado, o governo utiliza o exame para selecionar candidatos ao Programa Universidade para Todos – PRo, o qual oferece bolsas de estudos em instituições particulares. A realização do ENEM também é uma exigência para liberação do FIES, bem como é utilizado pelas instituições superiores, federais e estaduais, para seleção de candidatos aos cursos ofertados, através do SISU – Sistema de Seleção Unificada. Demais dados sobre os Participantes do ENEM e as efetivas participações em 2014

|                                                                                                |             |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Total de inscritos no ENEM 2014                                                                | 9,5 milhões |
| Número de candidatos que compareceram às provas objetivas e de redação                         | 7,0 milhões |
| Número de candidatos que zeraram a redação                                                     | 0,6 milhões |
| Total de candidatos que fizeram pontuação para concorrer às vagas dos cursos superiores – 2014 | 6,4 milhões |
| Total de concluintes da educação básica                                                        | 5,5 Milhões |
| Número de pessoas matriculadas no Ensino Superior                                              | 7,3 milhões |

Fonte: microdados do ENEM 2014. A tabela acima apresenta o contingente de possíveis candidatos ao Ensino Superior. O número de inscritos no ENEM é constante a cada ano. Em 2014 houve 9,5 milhões de inscritos, mas apenas 7,0 milhões compareceram para realizar as provas objetiva e a de redação. Entre os que compareceram, a quantidade de candidatos que galgou a pontuação mínima para garantir acesso às vagas ofertadas para os cursos superiores foi ainda menor, pois 0,6 milhões zeraram a redação. Estes ficam excluídos da possibilidade de concorrerem aos cursos acadêmicos. Ao comparar o último número, a quantidade de pessoas que se matricularam na formação acadêmica, no mesmo ano, verifica-se que os qualificados naquele ano para o Ensino Superior ficaram em menor contingente do que aqueles matriculados nos cursos de graduação. Constatação reveladora

que somente aumentando os concluintes do Ensino Médio poder-se-á aliar a quantidade de jovens com acesso ao ensino superior, visto que a maioria dos jovens entre 18 e 24 anos de idade não concluiu aquele nível de ensino. Portanto, torna-se necessário à edificação de políticas públicas em torno do crescimento do acesso e dos concluintes no Ensino Médio, com qualificação expansiva aos estudos e o conhecimento adquirido. **3 AVALIAÇÃO EXTERNA: não pode ser base para se medir o sucesso** Observa-se que no Brasil um grande número de alunos não dominam os saberes previstos para seu nível de formação. Muitos jovens, ao concluir o ensino básico, por exemplo, não conseguem elaborar uma leitura com compreensão da mensagem contida no texto, ou efetivar as operações matemáticas básicas, o que constitui um risco de exclusão social. A formação escolar influencia nas oportunidades de emprego e na remuneração recebida pelo indivíduo. Já evidenciado anteriormente, o resultado escolar tem impactos sociais e econômicos, pois o insucesso na formação aumenta o risco de desercão e criminalidade, com impactos concomitantes à sociedade.

“O acesso à escola não é o único problema – a baixa qualidade da aprendizagem, mesmo daqueles que frequentam a escola. Um terço das crianças que cursam a educação primária não está aprendendo o básico, estejam ou não na escola. (UNESCO, p. 3, 2014). A alfabetização é fundamental para o desenvolvimento social e econômico. (p.10).

Também se pode reportar para a relação entre o desempenho escolar e o desempenho no mercado. Quanto maior a escolaridade, mais facilidade em encontrar emprego no desenvolvimento da função profissional, provocando, assim, o crescimento da produção. Portanto, a elevação do nível de escolaridade dos jovens não gera apenas desenvolvimento do indivíduo, porém também um impacto positivo no social, precisamente no econômico. Pois Charlotte diz: “... nem por isso podemos esquecer que o sujeito da educação é um ser social”. (p. 34, 2000). O sistema longo da história, buscou caracterizar o sucesso ou insucesso escolar como algo exclusivo do indivíduo, colocando no esquecimento as responsabilidades das políticas. Mas no início dos anos 90, século passado, a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico criou um projeto que criou indicadores – área da leitura, matemática, ciências – para comparar os países. Ao resultado escolar, através da observação de testes realizados pelos alunos, evidenciam suas competências<sup>2</sup> e habilidades<sup>3</sup> com o uso dos conhe-

adquiridos. O sucesso está estabelecido nas notas, índices, taxas, por desempenho de alto nível. Entretanto, na maioria das vezes, desconhecida a dispersão provocada pelo contexto familiar e urbano em que vive o aluno, porque o programa utilizado entre escolas podem ser igual, mas o currículo difere. As comparações feitas pelas avaliações externas às instituições escolares para verificar o nível de aprendizagem em conteúdos que se espera terem sido trabalhados nas escolas através do currículo formal. Segundo Philippe Perrenoud (2003):

Mas as avaliações de sistema, que permitem comparar dados, não possuem restrições e podem “levar a sério os objetivos de formação”, o que serve apenas para somente construir um outro quadro das desigualdades em razão da padronização das provas, como também estimar de modo menos favorável a eficácia dos sistemas.

Claramente se vivencia um sistema educacional situado em extremos antagônicos, onde a formação é centrada na racionalidade, centrada nos conflitos ideológicos, filosóficos, políticos; bem como situa em pontos extremos o pedagógico, a aprendizagem e a mídia. Nestas perspectivas, o profissional da educação é pressionado a enrijecer sua atuação, aumentando a exigência para com o aluno a fim de levá-lo a sobressair nos exames. Atitude que provoca um empadronização curricular e aproxima a pedagogia ao tradicional: memorização, operações, estrutura lexical ao invés da crítica, imaginação ou argumentação.

É importante, pois, que aqueles que privilegiam a formação, e não a avaliação, acompanhem de muito perto a dialética da dupla definição institucional do sucesso que pode vir a favorecer uma regressão das finalidades da escola. Hoje é crucial abandonar aos técnicos da avaliação a definição de sucesso escolar; e, indiretamente, a leitura predominante do currículo. (PERRENOUD, 2003).

Assim, existe constituído um processo para definição do sucesso escolar. E suas avaliações centradas socialmente, com ditames e ideologia vinculados à prática geradora da avaliação. Torna-se perceptivo que a avaliação da escola é vista segundo plano, pois a mesma fica submissa a mecanismos que banalizam o sucesso visto que o sucesso é definido segundo as características concebidas pela avaliação externa, ou seja, o sucesso não está intrínseco ao aluno, porém julgado pela aproximação ou distância dos alunos às competências ou habilidades definidas pelas instituições mundiais. As sociedades, contagiadas pelo estigma do indivíduo

pelo sentimento de contestação, definem o sucesso educativo com o olhar muitas vezes, ignorando o local, quando deveriam centrar-se no equilíbrio das concepções, nunca excluir os projetos para formação elaborados para os educandos e suas respectivas famílias, pois mediante o recorrido por Perrenoud (2003), cada sociedade tem sua própria concepção de sucesso educativo. A separação entre as duas concepções coloca em questionamento a democracia no ensino e evidencia ser o sucesso educativo apenas uma ideologia política que também dificulta o acesso aos saberes. O bom desempenho na formação não deve ser centrado em uma única vertente. Entretanto, deve possuir direções múltiplas, principalmente dando privilégio a saberes essenciais para constituir seres críticos e reflexivos, livres da padronização.

Certos sistemas educacionais podem atualmente ser flagrados em verdadeiras contradições: afirmam querer aumentar a eficácia da ação pedagógica com medidas; sobre tudo relativas aos critérios de sucesso; que resultam em resultados contrários. É o caso, por exemplo, de quando se privilegiam as ações demonstráveis a curto prazo ou quando os estabelecimentos são levados a desabaratar o mais rápido possível dos alunos com dificuldade para melhorar indicadores de sucesso no exame final. (PERRENOUD, 2003).

A questão do sucesso escolar não pode ser explicada sem que se considerem questões sociais que envolvem os indivíduos, os quais são inseridos em contextos aparentemente semelhantes para efetivação da formação. Em geral, o sucesso adquirido, no curso é diferente, chegando a ser considerado, em um dos casos, como fracasso. O julgamento tem o parâmetro baseado nas normas estabelecidas pelas instituições. Nestas perspectivas, depara-se num duplo conceito para o sucesso escolar: aquele instituído pela escola e verificado através das avaliações cotidianas e outro, definido pelos órgãos governamentais ou internacionais ao avaliar os sistemas educacionais. Como já anunciado, os códigos existentes reconhecem a educação como um direito fundamental para os seres humanos, principalmente porque permite o desenvolvimento no indivíduo de habilidades e competências necessárias para participação no desenvolvimento pessoal e coletivo. “A educação reduz a pobreza, aumenta as oportunidades de trabalho e impulsiona a prosperidade econômica.” (UNESCO, p. 22, 2014). O nível educacional é fator primordial para a contribuição da redução da pobreza, bem como pode ser um fator para evitar que a decadência econômica possa ser transmitida entre gerações – possibilita a

do soldo daqueles empregados no mercado formal, como também dão suporte para que vivam melhor os que laboram nas áreas rurais e no setor informal das cidades. Os empregados com maior formação, geralmente, apresentam melhor produtividade e recebem os melhores salários; no mercado informal, os negócios montados por pessoas com maior escolaridade geram também mais lucros. Quando o comércio é tratado por pessoas com algum conhecimento formal e domínio básico de matemática, há melhor manejo das novas tecnologias, gerando melhores resultados. A UNESCO ainda diz:

A educação não apenas facilita que os indivíduos escapem da pobreza, mas também gera produtividade, que acelera o crescimento econômico. Um aumento de uma unidade na média educacional alcançada pela população de um país aumenta o crescimento anual do seu PIB per capita de 2% para 2,5%. (p. 23, 2014). Além disso, mencionado, frisa-se que a boa formação desperta no cidadão melhor conhecimento político, inclusive esclarecendo a eficácia na participação democrática na sociedade, pois as pessoas com nível escolar elevado participam da vida política da nação, tendo em vista serem gabaritados de saberes que facilitam a busca por conhecimento e envolvimento na própria política. A exemplo do que ocorre com os analfabetos não são obrigados a votarem. O homem descreve o mundo através dos símbolos construídos pela sociedade que integra, também são responsáveis pela relação entre os pares, ou seja, o convívio dos seres é desenhado por um conjunto de intencionalidades que confundem o querer do sujeito e a pretensão social. O indivíduo tem que ser autêntico e conhecer seu próprio eu para não se confundir com o mundo. Por isto é significativo o domínio do saber escolar, o que possibilita a influência nas decisões que revolucionam o meio, dando-lhe subsídios para viver melhor, apropriando-se do mundo. "Apropriar-se do mundo é apoderar-se materialmente dele, moldá-lo, transformá-lo." (CHARLOT. (2000). Não se pode marcar o sucesso escolar com a perspectiva da unilateralidade. Precisa-se perceber que todos integrantes da nação saem ganhando com o conhecimento escolar, do individual ao coletivo. Ao adquirir saberes sistematizados, o indivíduo passa a agir com autonomia e criticidade, podendo atuar no meio social com perspicácia e domínio de seus atos, contribuindo, inclusive, com o desenvolvimento econômico do país. Para tanto, não se pode privilegiar a definição de sucesso estabelecida pelas instituições governamentais e internacionais em detrimento da concepção projetada pelo aluno, porém somar ambas, a fim de promover a motivação do aprender vivo. **4 CONCLUSÃO** Duas grandes questões da educação

brasileira estão centralizadas no acesso dos cidadãos, independente da origem, os mesmos, as unidades de formação sistematizada e sequencialmente na obtenção do sucesso por aqueles que frequentam as escolas. A sociedade reconhece na obtenção de saberes formais um meio para o cidadão obter a dignidade humana, pois através dela se adquire o desenvolvimento pleno para o exercício da cidadania e a qualificação para o exercício do trabalho. O brasileiro já reconhece o reconhecimento nos códigos de leis da igualdade de acesso a todos os níveis escolares – do fundamental ao superior. Porém os índices demonstraram que as políticas e as práticas escolares ainda não estão articuladas o suficiente para garantir o sucesso da aprendizagem igual para os seus frequentadores. Os dados analisados evidenciaram que os mais pobres estão adentrando o sistema educacional para constituir uma formação, pois 92,5 % das crianças brasileiras em idade escolar encontram-se inseridas nas escolas. Mas ao verificar a percentagem dos frequentadores do Ensino Médio nota-se que houve um declínio no índice para 80,4 % Enquanto que apenas 16,4 % dos jovens estão nos cursos superiores, grande maioria daqueles encontrados entre os mais ricos. O quadro verifica que existe um forte abandono escolar antes mesmo do fim do ensino básico, deixando estes jovens a serem candidatos a fazerem parte dos excluídos. Visto que quanto menor o nível de escolaridade, também serão poucas as oportunidades de emprego no mundo do trabalho. Pois o insucesso na escola aumenta o risco de desvio da criminalidade, assim ocasionando impactos pessoais negativos, ao mesmo tempo em que decorrem ações vulneráveis dentro da sociedade. Não se pode deixar de chamar atenção para a questão de quase 40% dos jovens que frequentam o sistema escolar ainda não haviam concluído a formação básica, quando já estavam matriculados em cursos superiores, ou seja, não se consegue formar todos os jovens de maneira adequada. Não restam dúvidas que ao longo dos dez anos observados, 2004-2013, a frequência à escola sofreu alterações significativas, inclusive aumentando a matrícula dos mais pobres aos cursos superiores, 10,09%. Um dos fatores que justificam a inclusão mencionada é a implantação de políticas públicas responsáveis, como a concessão de bolsas e financiamentos para os cursos superiores. As desigualdades sociais, principalmente aquelas vinculadas à economia, levam a OCDE a desenvolver um projeto estabelecendo indicadores de aprendizagem, com a definição de um índice obtido em testes aplicados aos alunos, para comparar os países. Os testes foram elaborados com o fim de verificar a aprendizagem de conteúdos que devem ter sido trabalhados nas escolas e muitas vezes, ficaram fora do programa curricular. No contexto, não se leva em conta as perspectivas da escola ou do próprio meio

indivíduo está inserido. Há uma padronização do currículo e o educador auxilia os alunos a atingir as exigências para com seus alunos, visando à obtenção de melhores conceitos e avaliações. Assim, vislumbra-se que o sucesso escolar encontra-se unificado por uma ideologia e a cultura criadora da avaliação externa. Portanto, o sucesso escolar é constituído pelo aluno, porém pelo nível de aproximação das habilidades e competências definidas, pelas instituições mundiais, como padrão. As expectativas chegam às escolas, porém o desafio maior para o sistema educacional brasileiro hoje, é mantê-las nas escolas construindo saberes que serão fundamentais para a obtenção de sucesso na sociedade atual. Na verdade, o sucesso educativo é visto pelo prisma do global em desfavor do local, quando deveria existir a junção de ambas as concepções. O educando não pode ter suas peculiaridades esquecidas, quando se fala em sucesso educacional, pois a tendência é ocasionar qualificações em níveis diferentes, mesmo quando os autores são envolvidos em condições semelhantes. Se os extremos terão uma formação fracassada. O exposto questionou a democracia do ensino que nega o conteúdo dos códigos que tratam sobre a educação. Há uma preocupação com o sistema educacional brasileiro não está formando todos, igualmente, no desenvolvimento pessoal e coletivo, os mais pobres enfrentam grandes dificuldades para permanecerem no sistema educacional até concluírem o Ensino Superior.

**5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** CHARLOT, Bernard. Da Relação com o Saber. São Paulo: Elementos para uma Teoria. Porto Alegre: Arte Médica, 2000. IBGE. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Brasília, 2014. Pesquisada em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>, no dia 01/07/2015. PERRENOUD, Philippe. Pedagogia diferenciada: das práticas à teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000. \_\_\_\_\_. O Sistema educacional brasileiro às desigualdades e ao insucesso escolar: uma incapacidade mesclada de caráter estrutural. Duarte, J. B. (dir.) Igualdade e Diferença. Numa escola para todos. Lisboa, Universitárias Lusófonas. 2002, pp 53-69. \_\_\_\_\_. Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo! In Cadernos de Pesquisa em Educação, nº 119. 2003. REBELO, Rosana Aparecida Argento. Indisciplina Escolar: O aluno como sujeito. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2002. UNESCO. Ensinar e Aprender: alcançar a qualidade para todos. Edições UNESCO, 2014.

<sup>2</sup>Para Perrenoud (p. 183, 2000.) a competência é a faculdade de mobilizar e

um conjunto de recursos ou esquemas mentais (ações ou operações mer caráter cognitivo, sócio-afetivo e psicomotor (saberes teóricos e da experiê afetividade) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de açõe:  
<sup>3</sup>Habilidades se constituem no saber-fazer que pode realizar-se numa situ: que estão presentes, não somente certo número de variáveis, mas, t simulações em laboratórios ou em outros espaços artificiais em relação à re (RAMALHO. p. 58, 2002).

[1] Licenciado em História – UNEB. Licenciado em Pedagogia – Faculdade D. l Psicopedagogo pela Universidade Castelo Branco – Rio de Janeiro-RJ. Especial História Afro-brasileira pela FBB – BA. Pós-graduado em Didática do Ensino – Estácio de Sá – RJ. Especialista em Políticas Públicas Educacionais – FACIE Mestre em Ciências da Educação – Lusófona – Portugal. Doutorando em Edu Lusófona – Portugal. Professor da Rede Pública de Ensino do Estado da Brasil, Coordenador de Cursos de Pós-graduação da FBB, Coordenador da ministrada pela FACIBA. E-mail: dalmogouveia@hotmail.com

Recebido em: 13/06/2016

Aprovado em: 14/06/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: